



## Índice

- 01** [Funai deve indenizar mulher apedrejada por índios](#)
- 02** [Quem paga os projetos das terras indígenas são os Alemães](#)
- 03** [Mestrado em Sustentabilidade junto a indígenas](#)
- 04** [Segurança alimentar de povos indígenas no Show Rural Coopavel 2013](#)
- 05** [MPF discute situação de Tembé com indígenas e autoridades](#)
- 06** [Após briga em bar, indígena é assassinado com facada no peito em Dourados](#)
- 07** [Indígena é atropelada ao sair da Casai](#)
- 08** [Mulheres indígenas são discriminadas no trabalho](#)
- 09** [Governo levará para as aldeias kit de combate à desnutrição de crianças indígenas](#)
- 10** [Exames avaliam risco de ferrugem em soja de área indígena de MT](#)





**Funai deve indenizar mulher apedrejada por índios**

SÍTIO CONJUR, 04.02.2013

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região manteve sentença que mandou indenizar uma moradora de Londrina, no norte do Paraná, apedrejada por índios caingangues em fevereiro de 2010. Os desembargadores, entretanto, deram parcial provimento ao recurso da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pela tutela dos indígenas, para reduzir o valor das indenizações arbitradas na primeira instância. O atentado causou afundamento craniano na autora, que passou meses hospitalizada e perdeu parte da capacidade para o trabalho.

O relator da Apelação em Reexame Necessário, desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, disse que a análise dos fatos, do dano, do nexo de causalidade e da conduta omissiva da Funai — contemplada pela sentença lavrada dia 9 de dezembro de 2011 — apresenta-se “incensurável”.

Para o desembargador, a perícia judicial e outros elementos cognitivos produzidos nos autos comprovam que as lesões sofridas pela autora não são passíveis de tratamento. Também comprovam que as sequelas reduziram sua capacidade funcional em 65%, tornando-a incapaz de forma total e permanente para atividades de trabalho genéricas.

O relator confirmou o quantum indenizatório de R\$ 100 mil, com as devidas correções, para reparar os danos estéticos, bem como para ressarcir as despesas médicas, estimadas em R\$ 1,3 mil. O valor dos danos morais, no entanto, caiu de R\$ 350 mil para R\$ 100 mil, para evitar “enriquecimento ilícito sem causa”. O pensionamento mensal também foi reduzido para patamares inferiores a três salários-mínimos.

Lenz explicou, no acórdão, que a recomposição da renda auferida à época dos fatos, de R\$ 1,5 mil, deve considerar o valor do benefício previdenciário pago à autora — R\$ 869,00. “Assim, considerando que a redução ‘remuneratória’ da autora perfaz R\$ 631,00 (seiscentos e trinta e um reais) — equivalente a 1,23 salário-mínimo vigente à época dos fatos —, anoto ser esse dimensionamento de 1,23 salário-mínimo que deve ter a pensão vitalícia devida”, determinou. O acórdão foi lavrado no dia 30 de janeiro.



---

**Quem paga os projetos das terras indígenas são os Alemães**

SÍTIO RONDONIAVIP, 04.02.2013

Alguém aí sabia que quase todas as demarcações de terras indígenas no Brasil, desde o início dos anos 90, foram financiadas por uma ONG alemã, chamada GTZ? Ué, as autoridades brasileiras não sabiam? E o Judiciário? E o Ministério Público Federal? Todos ignoram de onde vem o dinheiro para patrocinar essas gigantescas mudanças no mapa do país, criando absurdas demarcações de terras para pequenos grupos de índios? Aqui mesmo em Rondônia por pouco, Candeias do Jamary não se tornou uma enorme aldeia.

A decisão da Funai já estava tomada, mas a Justiça Federal impediu. As denúncias sobre ações de ONGs estrangeiras que dominam parte do nosso território se avolumam. A mais recente foi feita pelo antropólogo Edward Luiz, que trabalhou durante anos na própria Funai e participou de pelo menos oito processos de criação de novas terras indígenas. Ele fez graves acusações ao aparato indigenista internacional e sua atuação no Brasil, cujo objetivo, em suas palavras, "é frear o nosso processo de desenvolvimento".

Conhecedor de todos os meandros da Funai e suas relações com estrangeiros, afirmou que grupos indígenas estão sendo manipulados por ONGs estrangeiras e jogados contra os projetos de desenvolvimento em todo o país. O processo, segundo ele, "ameaça travar o desenvolvimento do Brasil". Para beneficiar, obviamente, outros países, que temem a concorrência brasileira. Edward M. Luiz é mestre e doutorando em Antropologia pela Universidade de Brasília e consultor privado, prestando serviços a municípios, estados, associações e empresas ameaçadas pela demarcação de terras indígenas. Para ele, os indígenas não são obstáculos ao desenvolvimento. O são sim os grandes interesses internacionais que querem dominar a Amazônia. As autoridades brasileiras fazem de conta que não é com elas.



---

**Mestrado em Sustentabilidade junto a indígenas**

SÍTIO TERRA, 04.02.2013

O projeto de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas está formando sua primeira turma, composta por 24 pessoas, das quais 13 são indígenas.

O trabalho foi criado em 2010 pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com os ministérios da Cultura, por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), e da Defesa, juntamente com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República. Duas Organizações Não Governamentais (ONGs) também são parceiras desse trabalho: United States Agency for International Development e Instituto Internacional de Educação do Brasil. O curso tem duração de dois anos.

De acordo com a SCDC, as defesas das teses começaram em dezembro de 2012, quando foram apresentados sete trabalhos voltados para a questão da sustentabilidade junto aos povos e terras indígenas. Quatro deles foram expostos por alunos indígenas que também fizeram graduação na UnB.

Na semana passada, mais 10 teses sobre o assunto foram apresentadas. Uma delas foi defendida por Samantha Ro'otsitsina de C. Juruna, índia Xavante, filha do ex-deputado federal Mário Juruna, falecido em 2002. Seu trabalho é intitulado Sabedoria Ancestral: Perspectivas para a Sustentabilidade.

Segundo a secretária da SCDC, Márcia Rollemberg, "essas iniciativas de formação universitária para a juventude indígena serão articuladas com a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) para que sejam ampliadas".



---

**Segurança alimentar de povos indígenas no Show Rural Coopavel 2013**

SÍTIO EMBRAPA, 04.02.2013

Perto de completar 40 anos de pesquisas em prol da agropecuária brasileira, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária tem, como um de seus resultados, a formação do maior banco genético vegetal do Brasil e da América Latina e um dos maiores do mundo.

O banco, mantido em uma de suas 47 unidades de pesquisa, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, DF, conserva para o futuro mais de 120 mil amostras de sementes de cerca de 600 espécies de importância socioeconômica a 20°C abaixo de zero. Parte desse trabalho será apresentada no estande da Empresa durante o Show Rural Coopavel 2013, que começa hoje (04/02) e se estende até o dia 8 de fevereiro em Cascavel, PR.

O banco é uma espécie de backup das sementes existentes na natureza e além de ser uma garantia para a segurança alimentar das futuras gerações, funciona como um enorme manancial genético à disposição dos cientistas para o desenvolvimento de variedades melhoradas. As milhares de sementes conservadas são resultados de quase quatro décadas de coletas e intercâmbio com outras instituições do Brasil e do exterior.

Em abril de 2013, quando celebra o seu 40º aniversário, a Embrapa terá mais um motivo para comemorar: a inauguração de um prédio com um complexo de câmaras frias capaz de armazenar 750 mil sementes, ou seja, quase quatro vezes a do atual, que é de 250 mil. O novo espaço vai contar também com bancos de DNA para conservação de recursos genéticos animais.



---

**MPF discute situação de Tembé com indígenas e autoridades**

SÍTIO UOL, 04.02.2013

Postos de saúde sem medicamentos, falta de transporte para pacientes, educação precária e péssimas condições sanitárias são algumas das denúncias que serão discutidas hoje, em Belém, pelo Ministério Público Federal (MPF), em reunião com lideranças indígenas e representantes dos órgãos responsáveis pela saúde e educação da população indígena no Estado. O encontro começará às 14 horas, na sede do MPF.

De acordo com o procurador da República Gustavo Henrique Oliveira, coordenador dos debates, o objetivo da reunião é levantar informações sobre a real situação da saúde nas aldeias Tembé, no alto Rio Guamá. As queixas feitas pelas lideranças indígenas apontam para uma precariedade no transporte dos pacientes para a sede do município de Paragominas, além da demora na entrega dos medicamentos ou mesmo a falta deles. As condições sanitárias das Casas de Apoio da Saúde Indígena (Casai) nas aldeias e a falta de segurança nesses locais também são pontos que serão abordados durante a reunião. "O MPF já pediu explicações ao Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsai) da região Guamá-Tocantins referentes as denúncias de transporte e medicamentos. Durante a reunião será esclarecido o que já foi feito para reverter essa situação", informa o procurador.

Amanhã, às 9h, também na sede do MPF, haverá reunião com representantes da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) para apurar as denúncias referentes a precariedade da educação no pólo Rio Guamá, que abrange a porção do território indígena próximo ao município de Capitão Poço. Entre as demandas estão a péssima estrutura das escolas (algumas sem o término das obras) e a falta de professores. Mais de 500 indígenas estão matriculados no ensino fundamental e médio, mas apesar disso ainda não foi viabilizado a instalação estrutural para o desenvolvimento dessa segunda etapa. Outra demanda apresentada pelos indígenas é a ausência de projetos para a inserção do ensino superior nas aldeias.

Ainda de acordo com o procurador, a falta de informações sobre a situação dos índios em algumas localidades mais distantes dificulta a atuação do MPF na defesa dos direitos dessas populações nativas. "A reunião tem como objetivo traçar um perfil exato das demandas apresentadas pelas lideranças indígenas, o que já foi resolvido e o que será priorizado.



---

**Após briga em bar, indígena e assassinado com facada no peito em Dourados**

SITIO TOP, 04.02.2013

Um indígena de 23 anos morador na aldeia Jaguapiru em Dourados, morreu depois de receber uma facada no peito na madrugada de ontem em Dourados.

Segundo a polícia, Jorge da Silva Rodrigues estaria em um bar às margens da MS 156, na própria aldeia, quando teve início uma briga generalizada. Houve corre-corre e populares ouviram gritos de socorro. Como a muvuca parou, todos foram embora para casa.

Mas na manhã deste domingo populares encontraram Jorge no meio de uma plantação de milho próximo de casa. A Força Nacional fez rondas na aldeia e até agora não identificou o suspeito de cometer o crime. O perito André Kyoshi liberou o corpo para o IML.

Bagunça

Lideranças indígenas reclamam sobre o bar, que segundo eles, sempre registra briga e faz bailes com som alto e cachaça. Perito Criminal Dr André Kioshy fez os trabalhos de praxe e liberou o corpo para o IML.



---

**Indígena é atropelada ao sair da Casai**

SÍTIO ORIOBRANCO, 04.02.2013

Uma indígena de aproximadamente 60 anos foi atropelada agora a pouco ao atravessar a Avenida da Antônio da Rocha Viana, nas proximidades do Auto Posto Ipiranga. A indígena Mirtes Jordão Apurinã tinha acabado de sair da Casa de Saúde Indígena (Casai), que funciona provisoriamente desde a semana passada nas antigas instalações do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IFAC).

Mirtes foi atropelada por um veículo modelo Celta de placas MZT 3991, conduzido por Maria de Fátima de Souza. Segundo a condutora, que estava inconformada, não teve como evitar o acidente por Mirtes ter aparecido repentinamente em frente ao carro.

"Eu dirijo mais de trinta anos. Nunca atropelei um cachorro. Eu não tive culpa. Nunca iria atropelar essa senhora. Meu Deus, meu Deus, me ajuda", gritava desesperadamente a condutora.

Mirtes foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) com fraturas expostas e encaminhada ao Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (Huerb). O trânsito ficou congestionado por quase um hora nas proximidades do acidente.

De acordo com a gerente de Enfermagem da Casai, Louane Nogueira, Mirtes foi encontrada no Terminal Urbano de Rio Branco na manhã de hoje pelo motorista da entidade que a levou até a Casai no intuito de evitar algum atropelamento já que a indígena sofre de transtornos mentais.

"Ela faz tratamento no Hospital de Saúde Mental e também na Casai. Ela é de Boca do Acre e veio hoje para saber quando seria a consulta dela. Infelizmente ao sair da Casai sofreu esse acidente", contou.



## **Mulheres indígenas são discriminadas no trabalho**

SÍTIO CUTS, 04.02.2013

Um relatório do Parlamento do Reino Unido assinalou que em 2011 a taxa geral de desemprego para as mulheres de descendência étnica superava 14%, mas do que o dobro da taxa de mulheres brancas e mais elevada que a taxa de desemprego de homens descendentes de minorias étnicas.

Entre as mulheres de origem paquistanesa ou bengali, de Bangladesh, a taxa de desemprego chegava a até 20,5%. Muitas mulheres pertencentes a estes grupos informaram que haviam sido interrogadas sobre suas intenções em relação ao casamento ou aos filhos devido aos preconceitos relacionados com sua proveniência étnica, assinala o relatório.

Em outras partes do mundo, particularmente na América Latina e em algumas regiões da Ásia, as mulheres indígenas frequentemente são vítimas de discriminação quando entram no mercado laboral. Algumas vezes são ridicularizadas e estão sujeitas a abusos verbais ou físicos porque vestem suas roupas tradicionais no trabalho.

“As mulheres indígenas são objeto de discriminação em todo o mundo, não somente por questões de gênero, mas também devido à sua identidade indígena, origem étnica, cor ou crença religiosa. Esta discriminação múltipla é especialmente evidente quando as mulheres, sobretudo as jovens indígenas, entram no mercado de trabalho e tentam progredir”, afirmou Jane Hodges, Diretora do Escritório para a Igualdade de Gênero da OIT.

### Formas de discriminação

Mais de 170 países ratificaram a Convenção nº 111 sobre a discriminação em matéria de emprego e ocupação da OIT, que data de 1958. No entanto, o relatório mais recente sobre a igualdade no trabalho da OIT comprovou que a discriminação continua sendo “persistente e multiforme” e agravou-se com a crise econômica mundial.

“A discriminação assumiu formas diferentes e a discriminação por múltiplos motivos está se convertendo na regra mais do que na exceção”, sustenta o relatório.

Segundo um estudo da OIT sobre múltipla discriminação em muitas regiões do mundo, os critérios raciais que afetam aos homens muçulmanos e os códigos de vestimenta dirigidos às mulheres muçulmanas no local de trabalho são cada vez mais frequentes devido às tensões políticas mundiais depois dos ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. A dificuldade, dizem os pesquisadores, é separar os motivos de exclusão vinculados à origem nacional ou étnica, racial, religiosa ou de gênero que são superpostos.

Lisa Wong, especialista em matéria de discriminação da OIT, disse que a OIT identificou a discriminação racial como uma questão prioritária. Wong está supervisionando a elaboração de um guia sobre a promoção da diversidade étnica no local de trabalho, que foi testada na África do Sul no final de janeiro de 2013.



---

**Governo levará para as aldeias kit de combate à desnutrição de crianças indígenas**  
SÍTIO TERRA, 04.02.2013

Uma caixa contendo vitaminas e sais minerais, este pode ser o começo de uma nova expectativa de vida para crianças que vivem em aldeias do Acre e são vítimas da desnutrição infantil.

O protótipo do Kit de Combate à Desnutrição Indígena foi apresentado na noite de segunda-feira, 4, ao governador Tião Viana durante reunião com o diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre (Fapac), professor Pascoal Muniz; o assessor indígena, Zezinho Kaxinawá; secretário de Meio Ambiente, Edgard de Deus e o diretor-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Eufran Amaral.

O protótipo do Kit de Combate à Desnutrição Indígena foi apresentado na noite de segunda-feira, 4, ao governador Tião Viana (Foto: Gleilson Miranda/Secom)

O protótipo do Kit de Combate à Desnutrição Indígena foi apresentado na noite de segunda-feira, 4, ao governador Tião Viana (Foto: Gleilson Miranda/Secom)

"São 17 vitaminas e sais minerais, incluindo o sulfato ferroso, com isso a gente recupera as crianças indígenas da anemia, que é quase universal", detalha o diretor da Fapac.

Pascoal Muniz explica que também será agregado um kit de alimentação que terá leite, farinha e outros produtos básicos para as crianças. "Isso vai ajudar a recuperar da destruição e combater a mortalidade infantil. Essa tem sido uma grande preocupação do governador Tião Viana", disse Pascol Muniz.

Zezinho Kaxinawá observa que o programa de combate à desnutrição será de extrema importância para todas as aldeias que serão beneficiadas com o kit. "Esse conjunto de ações que o governo vai promover entrando com o multivitamínico, o diálogo de fortalecimento e apoio a produção rural nas terras indígenas com sistema agroflorestais, criação de pequenos animais e fortalecimento dos roçados. Tudo isso é para diminuir a mortalidade infantil", acrescentou Zezinho Kaxinawá.

O assessor indígena frisa que esta é uma ação para evitar que ocorram casos como o registrado em 2012 na aldeia indígena do Alto Purus, quando 12 crianças morreram vítimas da desnutrição.



## **Exames avaliam risco de ferrugem em soja de área indígena de MT**

SÍTIO G1, 04.02.2013

A Comissão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja do Estado (Aprosoja/MT) aguardam para esta semana a conclusão dos exames laboratoriais realizados em amostras de soja para avaliar a presença da ferrugem asiática e outras doenças nas lavouras cultivadas na área Marãiwatsédé, no nordeste do estado. Na última semana, técnicos percorreram as áreas para avaliar as condições das plantações.

Desde dezembro do ano passado as áreas onde há o cultivo de grãos foram abandonadas em função de uma decisão judicial que obrigou moradores não índios a deixarem a localidade, reconhecida como de propriedade xavante. Estimativa do Mapa é que existam pelo menos mil hectares de plantação de soja na chamada gleba Suiá Missú (nome da antiga fazenda onde a terra foi demarcada na década de 90).

A preocupação recai sobre o risco de proliferação das pragas - a exemplo da ferrugem - para as áreas próximas da reserva. Seriam de 70 mil e 80 mil hectares vulneráveis caso houvesse uma propagação de doenças. Mapa e Aprosoja entregaram ainda na última semana à Fundação Nacional do Índio (Funai) um termo de fiscalização no qual apontam todas as constatações da última semana.

A peça pode subsidiar o pedido das entidades do setor produtivo para que seja autorizada a colheita de soja naquelas áreas consideradas já prontas. "Como há algumas áreas prontas para a colheita a Funai sabiamente autorizou", expressou Wanderlei Dias Guerra, coordenador da Comissão de Defesa Sanitária Vegetal do Mapa.